do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 410788, cabo L Victor Manuel do Carmo José, e à direita do 915390, cabo L Paulo Manuel Gardete Leitão.

5 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 11 397/2006 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de manobras, ao abrigo do n.º 6 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

- 9352703, segundo-marinheiro M RC Néelson Filipe Gonçalves de Almeida.
 9338503, segundo-marinheiro M RC Diorino Rodrigues Bernardo.
 9339803, segundo-marinheiro M RC Rui Manuel David Santos.
 9335703, segundo-marinheiro M RC Rui Xavier da Conceição Vieira.
 9345703, segundo-marinheiro M RC Rafael da Silva Ramos Gonçalves.
 9339003, segundo-marinheiro M RC Diogo Gonçalves Valente.
 9334103, segundo-marinheiro M RC Djalmo José Fernandes Rosa.
 9339503, segundo-marinheiro M RC Bruno Alexandre Rosa Ferreira.
 9350603, segundo-marinheiro M RC Pedro Miguel Claudino Bilro.
 9343103, segundo-marinheiro M RC Carlos Manuel da Silva Marques.
 9354203, segundo-marinheiro M RC Mário Rodrigues Borges.
 9349903, segundo-marinheiro M RC António Pereira Lopes Cavaco.
 9347003, segundo-marinheiro M RC João Tiago dos Santos Belo.
 9347103, segundo-marinheiro M RC Pedro Manuel de Jesus Miranda.
 9349403, segundo-marinheiro M RC João Jorge de Brito Vale Fernandes.
 9353003, segundo-marinheiro M RC Bernardo Filipe Colaço Guedes dos Santos Barbosa.
 9335203, segundo-marinheiro M RC Lino André Neves da Silva.
 411803, segundo-marinheiro M RC Filipe Miguel Rodrigues Costa Soares de Jesus.
 311403, segundo-marinheiro M RC Hugo Filipe Marques Ventura.
 9345003, segundo-marinheiro M RC Bruno Miguel Saramenho Reis.

Promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9329103, primeiro-marinheiro M RC Francisco José Pereira Faustino, pela ordem indicada.

9 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 11 398/2006 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de manobras, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 282.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, os seguintes militares:

- 414003, segundo-marinheiro M RC Filipe Joaquim Gomes Monteiro.
 409903, segundo-marinheiro M RC António Pedro dos Santos Fatela.
 9330002, segundo-marinheiro M RC Ivo Ricardo Freitas Viegas Soares.
 9313403, segundo-marinheiro M RC Igor Emanuel Pereira da Silva.
 9316001, segundo-marinheiro M RC Roberto Edmundo da Costa Sousa.
 407203, segundo-marinheiro M RC André Alfredo da Costa Silva.
 9304503, segundo-marinheiro M RC Ricardo Jorge Ferreira Duarte.
 511402, segundo-marinheiro M RC Márcio Miguel Monteiro Pereira.
 9314302, segundo-marinheiro M RC Pedro Miguel Lopes Rodrigo.

Promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 282.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 312002, primeiro-marinheiro M José Eduardo Velez Fernandes, pela ordem indicada.

9 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 11 399/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006 do tenente-general ajudante-general do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Maria José da Conceição Robalo, assistente da carreira médica hospitalar da área funcional de cirurgia geral, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para lugar de idêntica categoria e carreira do quadro do pessoal civil do Exército, ficando colocada a prestar serviço no Hospital Militar Principal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

Despacho (extracto) n.º 11 400/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Abril de 2006 do tenente-general ajudante-general do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Francisco Manuel Falcão de Melo, assistente da carreira médica hospitalar da área funcional de cirurgia plástica e reconstrutiva, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa — transferido para lugar de idêntica categoria e carreira do quadro do pessoal civil do Exército, ficando colocado a prestar serviço no Hospital Militar Principal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

Repartição de Pessoal Militar não Permanente

Rectificação n.º 824/2006. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de Janeiro de 2006, a p. 1363, a portaria (extracto) n.º 307/2006 (2.ª série), na parte respeitante à ALF A camp. Dir. tiro RC (16061699) Natália Lemos de Almeida, rectifica-se que onde se lê «Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 9 de Julho de 2005» deve ler-se «Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 14 de Dezembro de 2005» e onde se lê «ASP A camp. Dir. tiro RC (16061699) Natália Lemos de Almeida» deve ler-se «ALF A camp. Dir. tiro RC (16061699) Natália Lemos de Almeida».

2 de Maio de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 11 401/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a alteração para 90% do valor relativo ao índice 100 da escala indicária dos magistrados do Ministério Público da remuneração atribuída à licenciada Ana Luísa Carvalho Santos Rico pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta no Tribunal de Família e Menores de Matosinhos, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006 e enquanto se mantiver no exercício de funções, exceptuadas as férias judiciais.

15 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 11 402/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a alteração para 80% do valor relativo ao índice 100 da

escala indiciária dos magistrados do Ministério Público da remuneração fixada à licenciada Catarina Alexandra Ramos Ferreira pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta na comarca de Pinhel, no período compreendido entre 1 de Fevereiro e 15 de Julho de 2003.

15 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 11 403/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 5 de Maio de 2006, no exercício de competência delegada, precedido de autorização concedida por despacho de 4 de Abril de 2006 do Conselho Superior da Magistratura:

Licenciado Carlos Manuel Gonçalves de Melo Marinho, juiz de direito — nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 5 de Abril a 21 de Junho de 2006.

5 de Maio de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 11 404/2006 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral da Administração da Justiça de 28 de Abril de 2006:

Ana Maria Rocha Virtudes Dinis Magalhães, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida para idêntico lugar, após anuência do serviço de origem, para exercer funções nesta Direcção-Geral, sendo remunerada pelo 4.º escalão, índice 316, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 6189/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 5 de Maio de 2006:

Licenciada Maria da Graça Fernandes Rodrigues Namora — nomeada na categoria de especialista de informática do grau 3, nível 1, da carreira de especialista de informática, do quadro único de pessoal do INML, para prestar funções na Delegação de Coimbra, precedendo concurso. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

5 de Maio de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho (extracto) n.º 11 405/2006 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território de 4 de Maio de 2006, proferido nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:

Eduardo Filipe Fernandes Capucho Amaro, técnico superior de 1.ª classe, e Susana Maria de Jesus Augusto, técnica de 1.ª classe — nomeados, em comissão de serviço extraordinária, para o exercício de funções correspondentes à categoria de inspector, da carreira de inspeção superior, pelo período de um ano.

10 de Maio de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Maria Veríssimo*.

Instituto da Água

Aviso n.º 6190/2006 (2.ª série). — Faz-se público que se encontra afixada para consulta no Instituto da Água (INAG) a lista de antiguidade do pessoal do quadro da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais referente a 2005, nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

Da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

7 de Abril de 2006. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Lúisa Branco*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 420/2006. — O Programa do XVII Governo consagrou a aquicultura como subsector estratégico da economia nacional, tendo em conta as condições favoráveis e o potencial competitivo de que Portugal dispõe, bem como o seu papel de abastecimento do mercado de produtos alternativos aos da pesca, num quadro de crescente limitação dos recursos da pesca.

Há, assim, necessidade de, a muito curto prazo, reduzir os constrangimentos que têm limitado a dinâmica empresarial nesta actividade, definindo orientações estratégicas claras para o sector, proporcionando uma maior participação e audição dos agentes económicos da fileira da aquicultura, garantindo a transferência de tecnologia entre as entidades vocacionadas para a investigação aplicada e os aquicultores, promovendo a formação adequada, bem como a identificação e aprovação das zonas de aptidão para a aquicultura, tendo em vista assegurar a gestão integrada das zonas costeiras.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É criado um grupo de trabalho ao qual incumbe propor as medidas que tenham por objectivo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das dinâmicas de investimento sustentado na aquicultura nacional, através da simplificação dos procedimentos administrativos de licenciamento, do estímulo à transferência de tecnologia e à formação profissional, num quadro de salvaguarda das condicionantes ambientais, sanitárias, de conservação da natureza, de ordenamento do território e de outras que venham a ser identificadas.

2 — São estabelecidos os seguintes objectivos específicos para o grupo de trabalho:

- Identificar as áreas específicas com características adequadas à instalação de estabelecimentos aquícolas, salvaguardando os aspectos ambientais, de conservação da natureza, de ordenamento do território, sanitários e outras condicionantes relevantes, de modo a evitar futuros conflitos com outros tipos de uso;
- Propor, no quadro da produção demonstrativa à escala pré-industrial, formas de reforço da cooperação e de parcerias com base em contratos-programa, entre as unidades piloto já existentes e os potenciais agentes económicos interessados no fomento do cultivo de novas espécies e na aplicação de novas tecnologias conducentes ao desenvolvimento sustentado desta actividade;
- Propor a revisão, numa lógica de simplificação da decisão administrativa, do regime de licenciamento da aquicultura, tendo em vista uma apreciação mais célere do licenciamento das unidades;
- Propor as medidas necessárias à melhoria da qualidade da água nas zonas identificadas em a);
- Identificar e propor as acções de formação profissional necessárias ao maneo adequado das espécies e ao tratamento das águas;
- Propor as medidas adequadas à valorização dos produtos da aquicultura, como produtos alternativos aos da pesca.

3 — O grupo de trabalho é constituído pelos seguintes elementos:

- Um representante do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, que presidirá;
- Um representante do Gabinete do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- Um representante do Instituto de Conservação da Natureza;
- Um representante do Instituto da Água;
- Um representante das comissões de coordenação e desenvolvimento regional;